



Presidência da República  
Casa Civil  
Secretaria de Administração  
Diretoria de Gestão de Pessoas  
Coordenação – Geral de Documentação e Informação  
Coordenação de Biblioteca



BIBLIOTECA DA  
PRESIDÊNCIA  
DA REPÚBLICA

PALÁCIO DO PLANALTO, BRASÍLIA, DF, 13 DE DEZEMBRO DE 2000

*Meu caro Presidente e amigo Thabo Mbeki; Senhores Ministros de Estado; Senhores integrantes da delegação sul-africana; minha querida Benedita da Silva, Vice-Governadora do Rio; Senhoras e Senhores,*

Eu deveria dizer a mesma coisa que disse o Presidente Mbeki. Normalmente, me dão na hora o texto para ler. Mas como sou mau aluno, não leio. Mas, dessa vez, vou ler, porque estamos num ato realmente de grande significação para o Brasil.

Realmente, é uma satisfação imensa contar, neste momento, com a presença do Presidente Thabo Mbeki. Ele tem sido um extraordinário condutor da África do Sul. Eu o conheci na primeira vez que estive na África do Sul. Estivemos juntos. O Presidente Mandela, então, estava ainda ocupando a Presidência. Mas o Doutor Mbeki conduzia os negócios de governo com competência e sabedoria.

E se tivesse sido possível transmitir para o Brasil a nossa conversa ontem à noite, no Palácio da Alvorada, e se fosse possível que todos os brasileiros tivessem-no ouvido, agora, na sala aqui ao lado, veriam que estamos realmente diante de um líder mundial, de um ho-

mem de visão, de um homem que tem idéias inovadoras e que está propiciando algo muito importante para nós, que é esta aproximação política do Brasil com a África do Sul – e desta, não só com o Brasil, mas com o Mercosul.

Realmente, não são palavras rituais dizer que, para nós, nesse momento, é grande a satisfação de poder contar com a presença do Presidente Mbeki, neste momento em que estamos comemorando os quinhentos anos da nossa formação histórica e chamando a atenção para o problema da luta contra o racismo.

Nesses quinhentos anos, nós construímos uma espécie de sociedade que tem uma plasticidade étnica e cultural, que aprendeu a importância da diferença, da pluralidade mas, sobretudo, da síntese, da fusão em um único povo, com uma identidade própria, de raízes européias, ameríndias, africanas e asiáticas.

Mas esse não foi um aprendizado sem dor. Os trágicos gregos falavam do aprender pelo sofrimento. No caso brasileiro, é triste, é trágico que o nosso aprendizado da pluralidade tenha demorado tanto para amadurecer e tenha convivido por um tempo – que hoje nos parece absurdamente longo – com a ignomínia da escravidão. E ainda em nossos dias, convivemos com o legado de injustiça e de exclusão que lutamos para superar.

Vossa Excelência, Presidente Mbeki, teve um passado de atuação destacada na luta contra o regime do *apartheid* – regime odioso – que de certa forma foi a última página do colonialismo. Hoje, é o representante legítimo de uma nova África do Sul, cujo povo exerce sua liberdade para construir um futuro de igualdade. E a África do Sul é, para nós, brasileiros, um país especial. E isso se viu muito claramente aqui, quando tivemos a honra de receber a visita do Presidente Nelson Mandela – Mandiba, como vocês dizem na África do Sul e cuja lembrança sempre guardamos com imenso carinho. Voltamos a ter essa mesma afeição entre o Brasil e a África do Sul, com a presença de Vossa Excelência aqui entre nós.

E é muito apropriado que se realize na África do Sul, em 2001, a Conferência Mundial Contra o Racismo. Estamos trabalhando,

como já foi dito aqui pela Vice-Governadora do Rio de Janeiro, em uma parceria ativa entre governo e sociedade civil, com a coordenação do Embaixador Gilberto Sabóia, que nos tem ajudado a trabalhar para construirmos o êxito dessa conferência. E essa conferência tem uma importância particular para nós, porque é a luta contra a discriminação racial. E a xenofobia é um tema de grande atualidade, que deve ter prioridade na nossa agenda.

É verdade que o Brasil avançou muito na democracia, no desenvolvimento econômico, e fez progressos na justiça social. Temos tentado – e conseguido – dar mais oportunidades aos mais pobres, aos mais vulneráveis, que são aqueles quem mais sofrem com a discriminação.

Mas o Estado brasileiro tem muito o que fazer para assegurar à maioria da população mais pobre, sobretudo aos negros, que tenham acesso aos benefícios do processo de democratização e às garantias, que são normais num Estado de Direito.

Florestan Fernandes – que como os brasileiros sabem foi meu professor, na Universidade de São Paulo, e de quem fui assistente e mais tarde colega – deu uma contribuição extraordinária no estudo da situação dos afro-brasileiros. Ele, então, denunciava uma igualdade hipoteticamente perfeita no futuro, que acorrentava, entretanto, o homem negro brasileiro aos grilhões invisíveis do seu passado e a uma condição precária de existência. Criou-se o mito da democracia racial. E em seu nome o Estado, as elites dirigentes e boa parte da população fecharam os olhos ao drama coletivo da raça negra.

As conseqüências da invisibilidade do racismo brasileiro estão refletidas nos estudos estatísticos do Ipea e do IBGE, e também de outros institutos independentes, que dão conta do fato de que o preconceito e a discriminação racial não apenas ainda existem no nosso país, mas produzem um processo perverso e cumulativo de desigualdade econômica e social. Os estudos mostram que as desigualdades no Brasil têm um fundamento racial, que embora não seja o único fundamento, explica parcialmente o hiato nos níveis de renda, saúde, escolaridade, habitação, emprego e ascensão profissional entre negros e brancos.

É imensa e impagável a dívida que a Nação brasileira tem em relação aos negros e aos indígenas. E reparar o mal causado por séculos de opressão, preconceito e discriminação é uma obrigação do Estado. É importante avançar cada vez mais no sentido de políticas públicas afirmativas, voltadas para a inclusão da população negra e de outros grupos vulneráveis no Brasil.

É necessário que o princípio reparatório da ação afirmativa se reflita na implementação de políticas efetivas destinadas a corrigir distorções e a romper mecanismos inerciais de discriminação de exclusão. E quem diz isso é, hoje, Presidente do Brasil, mas já foi pesquisador, sociólogo e já andou por muitas favelas, por muitos bairros de miséria fazendo os estudos sobre relações entre brancos e negros. Não gostaria e não vou deixar que agora, aos 70 anos e na Presidência da República, os brasileiros deixem de ter a memória daquilo que o Presidente tem: da dificuldade que é a vida dos mais pobres, sobretudo dos negros, dos indígenas e dos que foram, efetivamente, discriminados séculos afora. E, hoje, temos obrigação moral de romper com o véu que encobria a nossa capacidade de ver a discriminação e temos que afirmar que ela existe e que nós somos contra ela. Portanto, a luta contra o racismo é parte integrante da luta contra o autoritarismo pela democracia e é parte integrante da formação da nacionalidade.

Costumo dizer que o Brasil, diferentemente de alguns outros países, embora tenha uma diversidade muito grande de raças, embora mantenha – como disse, aqui, exclusão e preconceito – tem um outro lado que nos salva: nós gostamos de ser misturados. A despeito de tudo que não nego, das diferenças que são inaceitáveis, há no país uma valorização crescente da mistura. Nós formamos, aqui, uma pluralidade de raças que vivem, às vezes, em situações precárias, mas diferentemente de alguns outros países, onde também há isso, onde há também uma luta afirmativa pela democracia, muito importante, mas não há este gosto pela mistura. Nós, aqui, por sorte, gostamos de ser misturados. E eu vivo dizendo a tudo mundo: basta olhar para mim para ver que branco no Brasil é um conceito relativo.

Quero aproveitar a visita do Presidente da África do Sul, que aqui está, para lançar um desafio aos membros do Comitê Nacional Preparatório da Conferência Mundial, no esforço de elaboração da posição do Estado brasileiro para a conferência da África do Sul – que necessariamente vai refletir a percepção da sociedade brasileira sobre a matéria: peço que sejam suficientemente ousados para propor parâmetros que permitam a elaboração de uma agenda integrada de luta contra o racismo, que envolva o Estado, a Nação e os indivíduos.

Esse será o grande desafio do Brasil no próximo milênio. Valer-se desse traço, ao qual acabo de me referir, multirracial e multicultural, do nosso povo, para edificar uma Nação mais justa e mais igualitária, que seja realmente livre de preconceito e na qual o valor de seus cidadãos seja medido pelo seu talento individual e não pela cor da sua pele ou pela sua origem racial.

Estamos unidos nesse propósito.

Muito obrigado.